

# Inovação, Finanças & Natureza

## Colocando a bioeconomia no centro da agenda econômica global

### RESUMO | CONTEXTO

- A economia global é 100% dependente da natureza. Porém, a maioria das atividades econômicas subestima-a, usando de maneira desigual e insustentável como se fosse um recurso ilimitado e gratuito. É preciso valorar corretamente a natureza e redesenhar os mercados globais para garantir impactos positivos para o clima, a natureza e as pessoas.
- Esse redesenho inclui inserir a agenda da bioeconomia no centro de discussões de cúpulas globais, como G20 – cuja presidência será exercida pelo Brasil a partir de dezembro – e COP30 – que terá Belém como sede em 2025. Precisa olhar para os mercados de natureza em geral e o mercado de commodities agrícolas em particular como alvo principal para uma nova, robusta e eficaz governança, além de garantir a devida celeridade no enfrentamento de atividades ilegais e crimes contra a natureza, exigindo, entre outros, proatividade de atores do setor financeiro para não investirem ou financiarem, ainda que involuntariamente, mercados ilegais.
- O mercado de natureza que gera resultados positivos e equitativos deve, entre outros fatores, dar visibilidade e oportunidade para soluções locais, com governança envolvendo e respeitando o protagonismo das comunidades e dos povos indígenas.
- A Amazônia pode transformar o Brasil em um exemplo em bioeconomia, mas para isso é essencial: combater os diversos crimes contra a natureza; descarbonizar a cadeia produtiva de alimentos; oferecer um ambiente institucional favorável e uma transição justa para uma economia mais inclusiva e sustentável; e dar maior transparência e regulação aos mercados de créditos de natureza, como os de carbono e de biodiversidade.

### NÚMEROS

**US\$ 8 trilhões**  
ao ano

são movimentados pelo sistema alimentar global, segundo o Banco Mundial<sup>1</sup>, que também estima que o sistema gere US\$ 12 trilhões anuais em externalidades negativas por meio da destruição da natureza e contribuição para o aquecimento global



Entre **US\$ 1 trilhão**  
e **US\$ 2 trilhões**

é o impacto estimado globalmente do comércio ilegal de espécies silvestres<sup>2</sup>



Menos de **US\$ 5 bilhões**

é o valor estimado dos mercados de crédito de natureza, especialmente focados em carbono e de biodiversidade<sup>3</sup>

1. World Bank Blogs. (2019). Do the Costs of the Global Food System Outweigh Its Monetary Value? Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/voices/do-costs-global-food-system-outweigh-its-monetary-value>

2. World Bank. (2019.) Illegal Logging, Fishing, and Wildlife Trade: The Costs and How to Combat it. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32806>

3. Taskforce on Nature Markets. (2023). The Future of Biodiversity Credit Markets. Disponível em: <https://www.naturemarkets.net/publications/the-future-of-biodiversity-credit-markets>

# Evento internacional aponta prioridades no realinhamento do mercado para uma economia da natureza

O evento internacional **Inovação, Finanças & Natureza**, realizado em 10 de agosto, em Belém (PA), conectou temas da bioeconomia à Declaração de Belém, divulgada pelos presidentes dos Estados Partes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), durante a Cúpula da Amazônia. Foi um espaço de trocas e diálogos, reunindo atores nacionais e internacionais do setor financeiro, da iniciativa privada, governos, comunidades indígenas e locais, academia e sociedade civil.

Ao longo de quase 10 horas, além da abertura, foram realizados cinco painéis<sup>4</sup> e o encerramento com o governador do Pará e presidente do Consórcio Amazônia Legal, Helder Barbalho<sup>5</sup>, que enfatizou a importância de o Brasil liderar essa inclusão da bioeconomia na agenda dos mercados pelo mundo.

## O EVENTO FOI COORGANIZADO POR:

Consórcio da Amazônia Legal, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Nature Finance e a rede Uma Concertação pela Amazônia

Com patrocínio de Banpará, Itaú, Rabobank e Santander

Apoio institucional de Conservação Internacional (CI), Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM), The Nature Conservancy (TNC Brasil), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Amazônia 2030, Wildlife Conservation Society (WCS) e World Resource Institute (WRI Brasil)

“ *O Brasil vai presidir o G20 no próximo ano. O Brasil vai liderar as maiores economias do planeta. Nós temos que trabalhar para que, quando o G20 se reunir no Rio de Janeiro, nós possamos garantir que a bioeconomia esteja entre as plataformas centrais da economia do planeta. Isso tem que ser uma causa a ser buscada por todos nós. Temos que colocar (a bioeconomia) na agenda global, na agenda mundial, para que nós possamos, com isso, assegurar que os bancos possam fomentar pesquisa e conhecimento, para que os governos estejam comprometidos em estimular esta vocação e estimular as pessoas a efetivamente a estarem envolvidas com esta causa.* ”

**Helder Barbalho**  
Governador do Pará

4. Agenda da evento internacional Inovação, Finanças & Natureza. Disponível em: <https://www.naturefinance.net/wp-content/uploads/2023/08/Inovacao-Financas-Natureza-Agenda-Geral230803.pdf>

5. Vídeo com trechos do discurso do governador do Pará, Helder Barbalho. Disponível em: <https://youtu.be/3HpvU1CgSr0>

## RECOMENDAÇÕES AO G20

- Liderar um movimento de inserção da bioeconomia na agenda global e discutir um redesenho dos mercados que garanta impactos positivos para o clima, a natureza e as pessoas.
- Promover uma ampla discussão sobre como reformar a arquitetura financeira global de forma a criar e/ou fomentar produtos financeiros que destravem a bioeconomia como títulos soberanos atrelados a indicadores de sustentabilidade, créditos de natureza (incluindo biodiversidade), pagamento por floresta em pé com repartição de benefícios, acesso a mercado por produtos da biodiversidade, melhoria de crédito, entre outros.
- Catalisar e potencializar financiamentos e investimentos em projetos de desenvolvimento da Amazônia e de outros países ricos em natureza, que entendam a inovação como ferramenta de transformação positiva para a natureza e o planeta.
- Fomentar pesquisa e conhecimento voltados para a vocação de economia sustentável.
- Incentivar medidas de combate a crimes contra a natureza, incluindo fim de subsídios e linhas de financiamento que, mesmo que involuntariamente, possam atender os mercados ilegais.

### NÚMEROS DO EVENTO

#### **776 pessoas**

participaram do evento, sendo **314** presencial e **462** online

#### **31 painelistas**

estiveram no palco ao longo do dia

#### **39 reportagens**

foram publicadas em diversos veículos de comunicação no Brasil – televisão, jornal impresso e digital, site e rádio –, além de um artigo<sup>6</sup> assinado pelos porta-vozes da *Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza*, Marcelo Furtado e Almir Suruí

#### **37 profissionais**

credenciados no dia do evento representando **17** veículos de imprensa locais, regionais e nacionais

6. Artigo "É a Natureza Estúpido", publicado no jornal Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/e-a-natureza-estupido.ghtml>

## Painel de abertura

Participaram:

- **Alexandra Moreira**, Secretária-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
- **Felipe Jaramillo**, Vice-Presidente do Banco Mundial para América Latina e Caribe
- **Morgan Doyle**, Representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil

**Co-moderadores:**

- **Marcello Brito**, Secretário Executivo do Consórcio Amazônia Legal
- **Marcelo Furtado**, Diretor da NatureFinance e Head de Sustentabilidade da Itaúsa

A secretária-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) fez uma ligação dos temas do evento com o resultado da Cúpula da Amazônia. Salientou que a Declaração Presidencial de Belém trouxe parágrafos sobre atuações práticas e que muitos tratam de como será a implementação do trabalho a partir do financiamento. Ressaltou o caminho de fortalecimento não só dos governos, mas também da própria OTCA e das agendas nacionais dos países amazônicos, com inclusão do setor privado. Apresentou dados de um estudo que mostrou que, entre 2017 e 2019, foram movimentados cerca de US\$ 298 milhões no mercado mundial com 955 produtos, dos quais apenas 64 eram provenientes da Amazônia, como pimenta, peixes, azeite de dendê, castanha, frutas, açaí, entre outros.

O vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e Caribe colocou a necessidade de dar visibilidade às boas experiências na Amazônia e investir recursos. Para isso, destacou a necessidade de um marco financeiro abrangente, que envolva recursos públicos, privados, internacionais, nacionais, estatais, locais, filantrópicos, de organizações internacionais multilaterais e outros. O Banco Mundial vem trabalhando há mais de 40 anos em todos os países amazônicos e há uma década coordena o Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia, que canalizou US\$ 300 milhões do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF). Segundo ele, é preciso ampliar as ex-

**“** *Estamos partindo para um novo momento de Amazônia, para um novo momento de Brasil, em que carecemos de uma maior união e de um melhor relacionamento entre sociedade civil, setor privado e governos.* **”**

**Marcello Brito**  
Secretário Executivo do  
Consórcio Amazônia Legal

periências positivas, conseguir mais recursos para financiá-las, mobilizando também capital privado para atender às necessidades locais, além de melhor utilizar os mercados de carbono e de crédito para a floresta. Centrado em inovação financeira, o Banco Mundial começou em 2022 juntamente com o Banco do Brasil um fundo para financiar investimentos baseados em resultados. Também vem focando em instrumentos financeiros ligados a resultados sustentáveis (*sustainability-linked finance*), com dois casos bem-sucedidos – Chile e Uruguai.

O representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil trouxe informações sobre ferramentas financeiras inovadoras em colaboração entre instituições em vários países. Falou do esforço para desenvolver o Amazônia Sempre, que tem como pilares o combate ao desmatamento, a bioeconomia, as pessoas – por meio do acesso à educação, saúde e emprego de qualidade –, cidades e infraestrutura sustentáveis e conectividade, agricultura, pecuária e silvicultura sustentáveis e de baixo carbono. Citou o caso do Equador, que fez a maior conversão de dívida por natureza, tendo sido a primeira vez que uma instituição multilateral combinou uma garantia com seguro de risco político para mobilizar recursos de diferentes atores para a conservação. Em 2022, o Uruguai emitiu seu primeiro título soberano vinculado à sustentabilidade, associado a indicadores-chave de desempenho ambiental. Além disso, tratou de financiamentos concessionais e híbridos, como o que BID e Green Climate Fund (GCF) estão liderando em financiamento da bioeconomia; da avaliação de novos empréstimos alinhados com o Acordo de Paris e do anúncio de US\$ 900 milhões em novos financiamentos para acelerar crescimento de micro, pequenas e médias empresas.

“ **Existem mercados de natureza consagrados e outros em desenvolvimento mobilizando trilhões de dólares por ano. Seu impacto positivo para clima, natureza e pessoas dependerá de uma boa governança, engajamento dos investidores, sociedade em geral e a repartição dos benefícios com as comunidades guardiãs da natureza.** ”

**Marcelo Furtado**

Diretor da NatureFinance e Head de Sustentabilidade da Itaúsa

# Como Moldar uma Economia Global da Natureza no Século 21

Participaram:

- **Almir Suruí**, Líder do Povo Paiter-Suruí
- **Sandrine Dixson-Decleve**, Co-Presidente do Clube de Roma (mensagem de vídeo)
- **Simon Zadek**, Diretor Executivo da Nature Finance e Colíder da Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza
- **Mariana Sarmiento**, Fundadora e CEO da Terrasos
- **Lise Tupaiisu**, Professora e Procuradora Federal, Universidade Federal do Pará, Advocacia-Geral da União (AGU)
- **Carlos Lopes**, Presidente do Conselho African Climate Foundation (online)
- **Tatiana Schor**, Chefe da Unidade de Coordenação Amazônia, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- **Ilona Szabó de Carvalho**, Fundadora e Presidente do Instituto Igarapé
- **Moderador – Marcelo Furtado**, Diretor da Nature Finance, Colíder da Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza e Head de Sustentabilidade da Itaúsa

A *Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza*<sup>7</sup> lançou seu relatório final com **sete recomendações** práticas e ambiciosas para uma nova economia da natureza do século 21, que trabalha em prol do planeta e das pessoas. Entre as prioridades está a participação dos mercados de commodities alimentares – maior e mais impactante mercado de natureza do mundo –, e o alinhamento das regras econômicas e financeiras com os objetivos de clima e de preservação da biodiversidade.

O documento inclui povos indígenas e comunidades locais como protagonistas nas tomadas de decisão, além de propor inserir a agenda da bioeconomia no centro de discussões de cúpulas globais, como G20 e COP30. Reconhece, ainda, a importância do enfrentamento de atividades ilegais e crimes contra a natureza e demanda proatividade de atores do setor financeiro para não investirem ou financiarem, mesmo que involuntariamente, nos mercados ilegais.

“*Precisamos questionar algumas crenças importantes que usamos por mais de um século sobre como lidamos com a natureza. Isso exigirá que revisitemos os preceitos da teoria econômica e os reinterpretemos. Estou pensando especialmente na teoria das vantagens comparativas e na forma de avaliar o risco. Um deles é muito influente na política econômica e o outro é crucial nos mercados financeiros e nas principais decisões de investimento. E ambos desconsideram a natureza. De tal forma que não podemos realmente avançar sem entender o que a vantagem comparativa deve ser. Ela deve estar baseada no interesse relacionado à sustentabilidade e à equidade.*”

**Carlos Lopes**  
Presidente do Conselho African Climate Foundation

7. Conheça a Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza. Disponível em: <https://www.naturemarkets.net/>

## O relatório **Colocando os Mercados de Natureza para Funcionar**<sup>8</sup> recomenda:

- 1. Alinhar a arquitetura econômica e financeira a uma economia global de natureza que seja equitativa:** alinhar políticas e regulamentações financeiras e monetárias, bem como regras de comércio e investimento, com a necessidade de avançar para uma economia global de natureza que seja equitativa.
- 2. Alinhamento de políticas de bancos centrais e instituições reguladoras:** ação para ampliar os mandatos dos bancos centrais e instituições reguladoras para exigir que eles assegurem um alinhamento entre as ações dos atores financeiros, mercados e sistemas com os compromissos do governo e da política internacional para as agendas de natureza e clima.
- 3. Alinhar as finanças públicas com as necessidades de uma economia global e equitativa da natureza:** ação para alinhar a gestão financeira do setor público aos compromissos ambientais internacionais fixados pelo Marco Global de Kunming-Montreal para a Biodiversidade.
- 4. Responsabilizar legalmente os mercados de commodities alimentares em relação às pessoas e ao planeta:** promover o comércio global de alimentos – maior e mais impactante mercado de natureza do mundo – cobrando ações para maior responsabilidade dos mercados de commodities agrícolas frente as pessoas e o planeta.
- 5. Garantir melhores benefícios econômicos para os guardiões da natureza:** ação para formar um ou mais “clubes de vendedores” de natureza, compreendendo tanto nações soberanas ricas em natureza quanto grupos indígenas e comunidades locais, promovendo mercados de natureza de alta integridade com preços acordados ou, se necessário, impostos.
- 6. Endereçar os impactos perversos dos crimes contra a natureza:** ação para reduzir a frequência e o impacto dos crimes contra a natureza, estabelecendo uma exigência para que investidores e financiadores demonstrem que as cadeias de valor de seus financiamentos são livres de crimes contra a natureza.
- 7. Medidas convergentes sobre o estado da natureza:** ação para estabelecer uma abordagem comum para medir e tornar publicamente disponível o estado da natureza em qualquer lugar do planeta.

8. Colocando os Mercados de Natureza para Funcionar (2023). Disponível em: <https://www.naturefinance.net/wp-content/uploads/2023/08/ColocandoOsMercadosDeNaturezaParaFuncionar.pdf>

Durante o diálogo entre os participantes do painel, o líder dos Paiter-Suruí ressaltou a necessidade de os povos indígenas estarem presentes na construção das ferramentas para o desenvolvimento sustentável. Destacou a importância do conhecimento tradicional e frisou não ser possível que os povos indígenas continuem fora das negociações de tratados internacionais e da governança de novos acordos, colocando ideias, sugestões e propostas.

A fundadora e CEO da Terrasos trouxe um ponto em comum, ao frisar que nenhum projeto de biodiversidade que seja rentável e sustentável financeiramente pode acontecer se não for reconhecido pelo próprio território. Para ela, os protocolos e metodologias têm de fazer sentido para quem está na ponta, para as comunidades locais, com um desenho conjunto e colaborativo.

A procuradora federal considera “essencial” que os atores financeiros, do mercado e regulatórios incorporem a integração de comunidades locais e povos indígenas no mercado. Segundo ela, um ponto-chave é tentar mudar a direção da estruturação do mercado de natureza – em vez de pensar uma forma de incorporar produtos ou atividades dentro do mercado, é preciso fazer com que o mercado se adapte à realidade, ao movimento, à velocidade e à forma de estruturação resiliente que os sistemas socioecológicos culturais já têm.

**“Qualquer mercado que a gente queira inovar em termos de arquitetura, de comportamento, tem que ter como eixo a questão da justiça socioambiental e, principalmente, uma abordagem de diminuição das desigualdades sociais por meio da diminuição da concentração de renda e riqueza nos países. ”**

**Tatiana Schor**  
Chefe da Unidade de Coordenação Amazônia do Banco Interamericano de Desenvolvimento

**“Em 2015, a China recomendou realizar pesquisas sobre a emissão de títulos verdes, com transformação de crédito verde em ativos de financiamento. Aquele ato único da China foi uma mudança de paradigma e continua tendo benefícios. O Brasil tem a mesma oportunidade na presidência do G20 -- pode fazer as coisas que são e têm de ser feitas, mas também pode levar em frente a economia da natureza como um novo fluxo de trabalho. Pode parecer comum, mas não é. É levar cada ator, cada integrante do G20 a descobrir sua posição na economia da natureza. ”**

**Simon Zadek**  
Diretor Executivo da Nature Finance e Colíder da Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza

A presidente do Instituto Igarapé tratou do mercado de soft commodities apontando uma “enorme possibilidade” de melhorar a regulação e os planos de transição deste setor, assegurando que tenha uma nova base de compliance e de governança, garantindo transparência, rastreabilidade e outras inovações, como atrelar métricas de desempenho dos CEOs, métricas ambientais e climáticas. Também falou sobre a valoração do mercado de natureza, que ainda tem o desafio de estabelecer uma precificação mais justa, com mais players com acesso a crédito, sem concentração em grandes traders. Ao tratar de crimes ambientais, ela destacou o fato de o tema de enfrentamento aos ilícitos ambientais ter entrado na Declaração de Belém, propiciando cooperação internacional – “os danos são locais, mas as redes que operam os crimes contra a natureza são globais”.

# Tecnologia e Inovação na Bioeconomia

Participaram:

- **Fernanda Stefani**, CEO da 100% Amazônia
- **Marcelo Behar**, Vice-Presidente de Sustentabilidade e Assuntos Corporativos na Natura
- **Marcio de Miranda Santos**, Especialista em ciência, tecnologia e inovação do Centro de Referência em Informação Ambiental (CRIA)
- **Roberto Pojo Rego**, Secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
- **Luis Meneses**, Conselheiro Sênior, Global Canopy
- **Moderador – Roberto Waack**, Membro de Uma Concertação pela Amazônia, Presidente do Conselho do Instituto Arapyauú

O painel trouxe o papel da ciência, tecnologia e inovação na promoção da bioeconomia na Amazônia. Abordou desafios, como as plataformas para acessar mercados e tecnologia baseada em dados para promover o valor da biodiversidade.

Para mostrar a prática de empresas B (*certificadas como modelo de negócio em desenvolvimento social e ambiental*), foram apresentados cases. Um deles é o da empresa 100% Amazônia – com sede no Pará e que faz a ponte entre comunidades locais e clientes internacionais gerenciando o comércio de matérias-primas, exportando produtos naturais da floresta e promovendo a cadeia produtiva e sustentável na região.

O outro foi o da Natura, que há 25 anos vem construindo valor com a natureza e lançou em 1998 a linha de produtos Ekos. Hoje é uma das principais linhas de cosméticos, com 39 bioativos, que tiveram ciência e inovação por trás para serem comercializados. Além disso, a empresa tem, desde 2011, o programa Natura Amazônia, que movimentou cerca de R\$ 2,5 bilhões na região. Hoje opera em mais de 100 países.

O especialista em ciência do CRIA fez um paralelo entre as realidades de 1992, quando começam as discussões sobre convenção da biodiversidade e a Rio-92, com a atualidade, falando

“ *A conexão entre os diferentes tipos de recursos passa pela ciência e tecnologia, pela inovação e também por alguns elementos importantes, como a mitigação de riscos. Enquanto os riscos associados a investimentos da natureza não forem, de alguma forma endereçados ou mitigados, haverá uma distância bastante grande entre o fluxo de capital e esse tipo de oportunidade. A outra muito poderosa é a conexão com o mercado e com a demanda. O campo da natureza abre um espaço importantíssimo para o fluxo de serviços (carbono, biodiversidade, água).* ”

**Roberto Waack**

Membro da rede Uma Concertação pela Amazônia e Presidente do Conselho do Instituto Arapyauú

da evolução de possibilidades para gerenciar o conjunto de informações produzidos ao longo do tempo com ferramentas de inteligência que, se bem exploradas, podem reduzir o risco de investimentos ao mesmo tempo em que encontra mecanismo de valoração dos recursos naturais. Ele destacou que iniciativas como as desenvolvidas pela 100% Amazônia – a partir do emprego de tecnologias para desenvolver novos produtos e ofertar ao mercado – embutem um permanente acoplamento da cadeia de valor com a cadeia de conhecimento. Destacou que no CRIA há um permanente processo de acoplamento do conhecimento com a cadeia produtiva e uma gradativa agregação de valor – são dados que viram informações, formação e conhecimento.

O secretário de Gestão e Inovação apresentou como o governo federal tem buscado usar a Lei de Licitação e sua capacidade como comprador – estimativa gira entre 12% e 15% do PIB (R\$ 1,2 trilhão a R\$ 1,5 trilhão) – para direcionar as compras públicas com olhar sustentável. Uma das maneiras é rompendo a ideia de definir as compras a partir do menor preço e acrescentando um novo componente – o ciclo do produto (desde o processo de produção até descarte, trazendo sustentabilidade como

item de avaliação), olhando aspectos da bioeconomia, fomentando o mercado. Desafio está na regulamentação e colocar em prática essa visão.

O conselheiro sênior do Global Canopy descreveu a atuação da instituição, voltada à transparência para o setor financeiro, empresas e governos diretamente ligados aos grandes impactos sobre a natureza, as populações indígenas e comunidades tradicionais. Apresentou os principais programas de finanças para a natureza desenvolvidos pelo Global Canopy e parceiros que buscam melhor entendimento da materialidade financeira da natureza e desenvolvimento de processos de *disclosure* financeiro. Citou três iniciativas: o programa ENCORE – em parceria com o Pnuma, um data base que explora impactos e dependências do capital natural, demonstrando riscos e oportunidades para o setor financeiro e como incorporar esse capital nos processos decisórios do setor –, o TNFD – um processo de *disclosure* para empresas reportarem e agirem sobre o seu impactos na natureza, transformando dados em informação – e o Trase.earth, uma parceria com a Stockholm Environment Institute orientada por dados para mapear o comércio internacional e as finanças de commodities.

# Bancos de Desenvolvimento Multilaterais, Bancos Privados e outros Atores Financeiros que Fomentam a Bioeconomia

Participaram:

- **Svetlana Klimenko**, Líder Global em Finanças Sustentáveis e Especialista Principal em Finanças Climáticas para América Latina do Banco Mundial
- **Anderson Caputo**, Chefe de Mercados de Capitais, Finanças e Conectividade do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- **Nabil Kadri**, Diretor Superintendente Adjunto de Meio Ambiente do BNDES (online)
- **Ghita Benabderrazik**, Diretora de Finanças Inovadoras da Fundação Rockefeller
- **Andrew Dreaneen**, Diretor de Capital Natural e Alternativas Líquidas da Schroders Capital
- **Tony Goldner**, Diretor Executivo da Força-Tarefa para Divulgação Financeira Relacionada à Natureza (TNFD)
- **Moderador - Daniel Hincapie**, Especialista Líder da Unidade de Coordenação Amazônia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

O painel discutiu como gerar ações práticas e promover estratégias colaborativas entre bancos de desenvolvimento multilaterais, bancos privados e outras partes financeiras interessadas em estimular a bioeconomia da Amazônia.

A especialista principal em Finanças Climáticas para América Latina do Banco Mundial elencou pontos que considera essenciais: a descarbonização da cadeia produtiva de alimentos, oferecendo crédito para uma economia mais inclusiva e sustentável, maior transparência e regulação com melhor compreensão do mercado de carbono e soluções inovadoras baseadas na natureza. Outro ponto discutido foram formas de dar visibilidade e oportunidade para as soluções locais.

Foram destacadas soluções, como a apresentada pelo chefe de Mercados de Capitais do BID, que tratou do recente lançamento da Coalizão Verde, envolvendo também bancos de desenvolvimento dos países amazônicos, além de BNDES e BID. A Coalizão Verde tem o objetivo de promover soluções financeiras e condições para criar e fortalecer atividades produtivas locais, além de impulsionar projetos social, ambiental e economicamente sustentáveis. Entre as áreas

“ *As soluções têm que vir do território, as propostas precisam vir dos consórcios. Senão colocarmos no centro das discussões de desenvolvimento de médio e longo prazo a viabilidade da geração de renda, com qualidade de vida, com manutenção da floresta em pé e fortalecimento da riqueza cultural, esse projeto de desenvolvimento não fica de pé. A Amazônia é uma região com piores indicadores sociais, que convive com essa riqueza e tem a pobreza na sua população. Temos que somar esforços, compartilhando experiências e capitalizar recursos para transformar a economia sim, mas principalmente as milhares de vidas amazônicas e de brasileiros.* ”

**Nabil Kadri**  
Diretor Superintendente Adjunto de Meio Ambiente do BNDES

de trabalho estão melhoria de renda, emprego, saúde e educação, além de infraestrutura verde e transição energética.

A diretora de Finanças Inovadoras da Fundação Rockefeller destacou que os desafios globais na área ambiental exigem inovação do sistema financeiro. Entre as discussões estão as formas de atingir objetivos comuns e potencializar a economia com baixo impacto ambiental.

Já o diretor de Capital Natural da Schroders Capital trouxe informações sobre um fundo para aplicar em soluções da natureza, atuando em conjunto com empresas e terceiro setor. Há diálogo com clientes de todo o mundo, com pensões soberanas e seguradoras, com foco na biodiversidade. A instituição tem hoje 0,2% dos ativos aplicados nesse setor e quer chegar a 1%, passando de US\$ 260 bilhões para US\$ 1,3 trilhão.

A TNFD informou que será apresentado em breve, durante a Climate Week em Nova Iorque, um estudo que envolveu mais de 200 instituições e 3 mil pessoas, com as recomendações que fornecerão às empresas e ao setor financeiro um conjunto de indicadores e métricas recomendadas para avaliar o estado da natureza, e seus impactos e dependências da natureza.

Ao final do painel, o moderador resumiu os temas abordados na discussão:

- Coalizão Verde, uma grande plataforma que vai colaborar para catalisar o financiamento para a Amazônia;
- Inovação em um sentido amplo, pensando em ferramentas que podem desbloquear a economia positiva, sendo capaz de gerir estrategicamente os riscos;
- Inclusão: quando falamos em financiamento para a bioeconomia é necessário pensar em garantir que esses recursos cheguem às comunidades da Amazônia, indígenas e tradicionais, que acabam não sendo alcançadas;
- Condições facilitadoras e investimentos em conectividade para realmente desenvolver uma nova economia com inclusão dessas comunidades.

# Estratégias de Investimento em Bioeconomia

Participaram:

- **Francisco Piyáko**, Líder do Povo Ashaninka
- **Marcelo Augusto Boechat Morandi**, Chefe da Assessoria de Relações Internacionais da Embrapa
- **Mariana Sarmiento**, Fundadora e CEO da Terrasos
- **Marcia Groszmann Faria**, Líder de Investimentos para Intermediários Financeiros no Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- **Jose Pugas**, Sócio e Head de Investimento Responsável e Engajamento da JGP Asset Management
- **Moderador** – **Simon Zadek**, Diretor Executivo da Nature Finance

Painel explorou propostas e ideias para alinhar os investimentos com uma economia climática e ambientalmente positiva e equitativa, incluindo desde créditos de biodiversidade até dívidas vinculadas à sustentabilidade, além de políticas públicas e marcos regulatórios.

O representante da Embrapa citou a instituição de pesquisa como entidade que olha para oportunidades e desafios de atuação na Amazônia e falou do lançamento de um documento em que são apresentadas visões da bioeconomia na região. Ele destacou as diferentes realidades, especificidades e potencialidades do território como elementos que devem ser levados em consideração ao tratar da bioeconomia. Tratou da necessidade de levar em consideração em processos de desenvolvimento técnico, científico e de inovação outras questões não tecnológicas. Para isso, considerou três tipos de ambientes na Amazônia – as regiões conservadas; as de base florestal, ou seja, aquelas ainda sob pressão; e uma agro-bioeconomia pensando em áreas convertidas, mas que podem ser trabalhadas por processos regenerativos compatíveis com a proteção dos ecossistemas. Neste caminho, ele coloca que a Embrapa trabalha para contribuir para alavancar essa bioeconomia sustentável e inclusiva na Amazônia, atuando em conjunto com as diversas redes locais, na construção e no apoio não só ao desenvolvimento tecnológico, mas

“*Nós ficamos muito felizes quando o nosso rio tem água limpa, sem estar poluída, que a floresta esteja em pé, intacta, quando ali dentro há meios para viver na floresta, quando nossos conhecimentos estão vivos, sabendo usar esta floresta, que é o nosso caso. Esta Amazônia é a que tem a lógica desses povos, uma compreensão bem diferente de bem-estar, de desenvolvimento. Cuidamos da natureza pelo amor que temos a ela e pela importância dela na nossa vida.*”

*Quando o mundo olha para a Amazônia como uma oportunidade, é oportunidade para quem? É para enriquecer mais quem já está rico? Para explorar os nossos recursos e modernizar essa forma de explorar? Ou estamos falando de preservar a Amazônia porque a floresta tem outro valor para a humanidade e para o mundo. Não somos contra a esses milhões que estão investindo, mas esse investimento de fato está preocupado com quem está na Amazônia, que nós somos, os verdadeiros guardiões desta floresta?”*

**Francisco Piyáko**  
Líder do Povo Ashaninka

de políticas públicas, auxiliando na tomada de decisão dos modelos de investimento e de negócios.

Ao apresentar o case de construção de uma metodologia para crédito de biodiversidade, a CEO da Terrasos mostrou caminhos de como envolver também as comunidades nos modelos de pagamento e ter resultados positivos.

A representante do BID no painel, responsável por originar e executar as operações com as instituições financeiras no Brasil, detalhou o caso do Equador, que fez emissões combinando dois elementos. Uma parte é de uso de recursos, ou seja, ligada a projetos chamados temáticos, que têm de ser social verde ou sustentável – no caso foi “azul” por estar linkada ao mar (produção sustentável de mariscos e gestão de resíduos de água). A outra parte é vinculada à performance de sustentabilidade da própria instituição, que assumiu o compromisso de aderir à TFND, com o compromisso de reportar pelo menos dois investimentos financeiros linkados à natureza ao longo do

tempo do financiamento. Se cumprir a meta, terá uma redução no cupom pago.

Segundo o sócio da JGP Asset Management, o projeto desenvolvido pela instituição voltado à sustentabilidade alia a participação de agentes que estão no território, identificando os mais próximos para entender a região e os que têm capacidade para alcançar o investidor. A ideia é levar impacto e perpetuidade ao território. Citou um exemplo de um projeto de babaçu em que a JGP encontrou uma empresa local que atuava há 50 anos no território, no Estado do Tocantins. Havia um sistema no qual famílias que trabalham com manejo sustentável têm um acordo com os proprietários de terra, quase todos pecuaristas, em que eles podem acessar o babaçu nas fazendas e fazer um compartilhamento de lucro. A JGP adequou o mecanismo financeiro à realidade da empresa local e isso foi o primeiro Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) de bioeconomia emitido no Brasil no ano passado pela B3. Segundo ele, isso só foi possível porque não foram ensinar o que fazer, mas aprenderam com o território.

# Perspectivas do Governo Brasileiro sobre Bioeconomia e Desenvolvimento Sustentável

Participaram:

- **Mailza Gomes**, Vice-Governadora do Estado do Acre
- **Roberto Pojo Rego**, Secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
- **Eduardo Tavares**, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)
- **Bráulio Ferreira de Souza Dias**, Diretor do Departamento de Conservação e Uso Sustentável Biodiversidade da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima
- **Coronel Victor José Queiroz**, representante do Comando Militar do Norte
- **Eduardo Taveira**, Secretário de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amazonas
- **Marcio Granjeiro**, Secretário de Estado de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação de Roraima
- **Marcelo Leles**, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins
- **Moderador - Marcello Brito**, Secretário Executivo do Consórcio Amazônia Legal

No último painel, representantes do governo federal e de Estados da Amazônia Legal apresentaram visões e posições sobre como alavancar a bioeconomia. Trouxeram informações do papel da economia subnacional e frisaram a necessidade de políticas públicas eficazes, com regulação que crie um ambiente favorável ao investimento na bioeconomia.

Um dos pontos destacados foi a necessidade de mais recursos voltados para pesquisa e desenvolvimento – menos de 3% dos investimentos em ciência e tecnologia são direcionados para a Amazônia, enquanto a região contribui com 10% do PIB nacional.

Trataram da urgência em buscar um novo modelo de economia e desenvolvimento liderado por bloco de governos nacionais e subnacionais voltados à bioeconomia.

Neste sentido, Tocantins apresentou seu projeto de Redução de Desmatamento e Degradação (REDD+), fechado em acordo assinado com uma empresa internacional, em que houve a transação de créditos de carbono entre 2016 e 2020 e futuros (até 2030). O projeto está em implantação e prevê pactuação pela repartição dos benefícios com comunidades ribeirinhas, povos originários, além de pequenos, médios e grandes produtores que ficarão com 20% dos recursos.

O Acre, considerado pioneiro na organização ambiental, destacou que agora precisa ganhar efetividade. Para isso, estão estabelecendo meta para incentivar cadeias produtivas, inserindo associações e cooperativas locais neste processo.

Um dos desafios debatidos foi o da promoção do uso sustentável da biodiversidade diante do

quadro de perda que vem sendo registrado – além de combater os crimes contra a biodiversidade, foi discutida a necessidade de criação de mecanismos financeiros inovadores e adicionais ao que já existem, agregando mais recursos. Se por um lado é preciso ampliar esforços de conservação da biodiversidade e de combate ao desmatamento, por outro é necessário promover ações e desenvolvimento sustentável baseadas na biodiversidade com linhas de financiamento adequadas, na escala adequada. Um dos casos citados foi o plano ABC de agricultura de baixa emissão de carbono, que completou 10 anos em 2022, mas utilizou menos de 3% dos recursos do Plano Safra. O Brasil tem ciência, tecnologia,

mas precisa que sejam adaptadas à Amazônia e que ganhem escala.

Pontos comuns entre os participantes incluem uma visão de necessidade de estruturar a Amazônia de forma integrada, com colaboração entre os Estados, olhando para sua população e comunidades locais, além de usar informações e dados para gerar conhecimento, com transparência. Nesta linha, o governo federal destacou a reaproximação entre entes da Federação, com a União exercendo um papel de coordenador de esforços, para que Estados e municípios compartilhem o processo de gestão.



UMA CONCERTAÇÃO PELA  
**AMAZÔNIA**

